

Organizadores

Cláudio Novaes Pinto Coelho

Rosana de Lima Soares

PRODUTOS MUDIÁTICOS,
PRÁTICAS CULTURAIS E
RESISTÊNCIAS

1ª edição



São Paulo
2019

Organização

Cláudio Novaes Pinto Coelho
Rosana de Lima Soares

Produção e arte

Giulia Elisa Garcia de Souza
Simonetta Persichetti

Capa

iStock

Revisão

Cláudio Novaes Pinto Coelho
Rosana de Lima Soares

Projeto gráfico

Giulia Elisa Garcia de Souza

Diagramação

Giulia Elisa Garcia de Souza

Conselho editorial:

Carlos Sadano (Mackenzie)

Kátia Saisi (PUC-SP)

Mara Rovida (Uniso)

Deysi Cioccarri (PUC-SP)

Maria Ribeiro do Valle (Unesp)

Sandra Lucia Goulart (FCL)

Juremir Machado da Silva (PUC-RS)

Mônica Martinez (UNISO)

Regina Giora (MACK)

Ana Carolina Escosteguy (UFSM)

Roberto Mancuzo (Unoeste)

Paulo Boni (UEL)

Silas de Paula (UFC)

Jairo Getulio Ferreira (Unisinos)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicidade (CIP)

Biblioteca Prof. José Geraldo Vieira

P956

Produtos midiáticos, práticas culturais e resistências [recurso eletrônico] / organização Cláudio Novaes Pinto Coelho e Rosana de Lima Soares. – 1.ed. – São Paulo: Cásper Libero, 2019.

ISBN 978-85-88668-07-2
recurso digital : il.

1. Ação cultural. 2. Produtos midiáticos. 3. Cultura - Identidade.
4. Cultura – Narrativas. I. Coelho, Cláudio Novaes Pinto. II. Soares,
Rosana de Lima.

CDD 302.23

Bibliotecária responsável: Daniela Paulino Cruz Bissolato - CRB 8/6728

Editora Cásper Libero

Av. Paulista, 900 – CEP: 01310-000 – São Paulo/SP

Fone: (11) 3170-5841

monitoria@casperlibero.edu.br

100% FEMINISTA: CULTURA NO ESPETÁCULO E FEMINISMO NEGRO

Viviane Garbelini Cardoso¹²³

*“A melhor história é escrita por
aqueles que perderam algo”*

Eric Hobsbawm

“PRAZER, CAROL BANDIDA”

“Eu não sabia que era feminista. Eu já era desde criança, mas não sabia que tinha um nome para isso, para essa forma de pensar”. Essas foram palavras de MC Carol em entrevista ao site *O Globo* (OLIVEIRA, 2017), na ocasião do lançamento do single 100% feminista. “Essa música explica por que eu sou feminista, por que eu tenho essa forma de pensar”, elucida a funkeira, pontuando que descobrira o feminismo através de sua empresária, quem lhe explicou o significado do termo, com o qual prontamente se identificou. O *single* integra o disco *Bandida* e teve produção de Leo Justi e Tropkillaz. Em uma semana, *100% feminista* somou mais de meio milhão de visualizações na plataforma Youtube.

100% feminista conta com a participação de Karol Conká, premiada cantora de rap, compositora e apresentadora de televisão. Em 2016, a rapper curitibana convidou a funkeira niteroiense para participar de seu show no festival *Lollapalooza* “na ocasião, [MC] Carol apresentou *Toca na pista* e fez dobradinha com a anfitriã no hit *Tombei*”. A matéria de *O Globo* (OLIVEIRA, 2017) explica que, desse modo, MC Carol voltava aos holofotes depois de ter lançado a música *Delação premiada*, na qual

¹²³ Doutoranda na ECA/USP, mestra em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero, jornalista graduada na mesma instituição. Membro do Grupo de Pesquisa - CNPq Comunicação e Sociedade do Espetáculo. Pesquisa feminismo, representações midiáticas de gênero e imprensa feminina brasileira.

“criticou a violência policial nas comunidades [de periferia] e fez um contraponto com o ‘tratamento diferenciado’ que políticos e membros da elite recebem da Justiça e das próprias forças policiais”. Em 2015, a funkeira lançou *Não foi Cabral*, canção em que desafia a versão da História do Brasil segundo a qual o colonizador português Pedro Álvares Cabral teria descoberto o território onde, em 1500, habitavam milhões de índios.

MC Carol tem 24 anos e segundo o perfil escrito pela *BBC Brasil* (MENDONÇA, 2016) : aprendeu na escola, ainda criança,

aquele que seria seu rito de sobrevivência no Morro do Preventório, comunidade no bairro de Charitas, em Niterói (RJ): bater para se defender. A vida toda ela ouviu piadas sobre seu peso, sua cor, suas origens – e sempre respondeu ‘na porrada’.

O texto de Renata Mendonça informa que Carolina, criada pelos avós, fora morar sozinha aos 14 anos, quando do falecimento do avô. “Sem pai, nem mãe - ela se recusa a falar sobre eles –, Carol cresceu em meio à violência e se apropriou dela para reagir a qualquer tipo de agressão que julgasse sofrer” (idem).

Os anos passaram e Carolina virou MC Carol Bandida, ou simplesmente MC Carol, uma funkeira famosa que tem cerca de 300 mil seguidores só no Facebook. Mesmo assim, as ofensas que ouve desde pequena continuam. Às vezes, surgem até em forma de ataque coletivo em suas páginas nas redes sociais, como aconteceu neste ano, quando ela registrou queixa na Delegacia de Crimes de Informática. Sua resposta, porém, mudou: não é mais a violência – é a música (MENDONÇA, 2016).

Carolina de Oliveira Lourenço transformou, portanto, sua experiência pessoal em desabafô na forma de funk. O ritmo, todavia, costuma sofrer

preconceito, em especial ao ser acusado de versar exclusivamente sobre incitação à violência e banalização do sexo. De acordo com a funkeira, no entanto, “o preconceito com funk é uma ignorância. O rap, o hip hop internacional, o forró falam as mesmas coisas, às vezes até mais pesadas”(idem). Ela analisa que o preconceito acontece “porque o funk veio da comunidade. Até um tempo atrás, MCs e DJs eram parados pela polícia, perdiam equipamento, eram vistos como bandidos” (idem). Para ela, o estilo musical é a voz que as favelas não têm na sociedade e é graças a ele que muitas pessoas se livram do caminho do tráfico de drogas.

Além do preconceito relacionado ao ritmo musical com o qual trabalha, MC Carol sofrera e sofre com racismo, machismo e gordofobia – preconceito estrutural contra pessoas gordas. Porém, conforme o texto de Mendonça: “depois de vinte e poucos anos ouvindo xingamentos e chacotas sobre sua aparência, Carol teve a redenção que nunca nem sequer imaginou”. A redenção inimaginável constituía-se no recebimento de um convite para participar de uma campanha publicitária de maquiagem, direcionada ao público brasileiro, feito pela empresa Avon, uma das principais marcas mundiais de cosméticos. Desse modo, “a Carol Bandida, ‘negra, gorda e da favela’ foi parar na TV como modelo de beleza” (MENDONÇA, 2016).

Em consonância com essa conquista, em uma de suas postagens no site de rede social Facebook, a jovem escreveu: “Quero apenas provar que ser gorda não é sinal de depressão, limitação ou qualquer outra coisa negativa!”. No post, a frase é acompanhada por uma foto em que ela pratica Ioga vestida com roupas de ginástica. A postagem, segundo a *BBC Brasil*, conquistou mais de 93 mil likes e 15 mil compartilhamentos. No mês de agosto de 2017, MC Carol desfilou pela marca *LAB* na *São Paulo Fashion Week (SPFW)*. Sobre o tema, Andréa Martinelli escreveu, no site *HuffPost Brasil* (MARTINELLI, 2017), que o desfile realizado na semana de moda paulistana apresentava a coleção batizada de *Avuá*, uma alusão ao voo livre dos pássaros e à liberdade. Conforme noticiado por Martinelli, nas edições anteriores da *SPFW*, os desfiles da *LAB* recupe-

raram passado, raízes e herança. Em 2017, a marca dos rappers Emicida e Fioti escolheu falar, por meio das roupas, sobre futuro e liberdade. Conforme a jornalista:

uma coleção que ecoa a voz das ruas e traz simplicidade, muitas vezes, não é algo comum ou prioridade na *SPFW*. Mas, finalmente, a verdadeira diversidade na passarela é verdadeiramente celebrada. E não é só nas roupas. Mas também em quem as veste. Entre os modelos, corpos gordos ou magros, altos ou baixos, brancos, negros, homens, mulheres. Uma das estrelas do desfile foi MC Carol, que não só desfilou: mas entrou na passarela como uma verdadeira rainha (MARTINELLI, 2017).

“Rainha”: é exatamente assim que muitos fãs se referem à compositora de *100% feminista*, canção cuja a letra aqui analisaremos à luz dos conceitos de Angela Davis, filósofa nascida em 1944 na cidade de Birmingham, no sul dos Estados Unidos. Raquel Barreto (2016, p.29) narra a trajetória da pensadora no *Especial Angela Davis*, publicado pela *Revista Cult*. O perfil, intitulado *Radical e libertária*, conta que aos 15 anos Angela ganhou uma bolsa de estudos e mudou-se para Nova York para cursar o Ensino Médio. Em 1961, iniciou a graduação em Literatura Francesa na Universidade Brandeis, em Massachusetts, quando começou a se interessar por filosofia. Teve, então, a oportunidade de conhecer o professor alemão Herbert Marcuse, que a orientou em seus estudos. Quatro anos mais tarde, através de uma bolsa do governo da Alemanha Ocidental, prosseguiu com seus estudos de filosofia na Universidade de Frankfurt, onde foi aluna de Theodor Adorno e Jürgen Habermas. Em 1967 regressou aos Estados Unidos, aprofundando sua atuação política.

No mesmo Especial, Djamila Ribeiro assina o texto *Bases para um novo marco civilizatório*. Nele, a filósofa brasileira relembra que, apesar de o conceito de interseccionalidade ter sido cunhado somente em 1989

por Kimberlé Crenshaw, pode-se dizer que Davis o utilizou ao analisar as opressões sociais de maneira entrecruzada em sua obra *Mulheres, Raça e Classe*, algo que o próprio título antecipa. Para Ribeiro (2016, p. 26), analisar as raízes do racismo aliado ao capitalismo e sexismo evidencia a preocupação de Davis em encontrar formas de pensar a libertação sem a hierarquização de vidas. Adicionalmente, em seu prefácio à edição brasileira de *Mulheres, Raça e Classe*, Ribeiro (2016, p.11) pontua que “mesmo sendo marxista, Davis é uma grande crítica da esquerda ortodoxa que defende a primazia da questão de classe sobre as outras opressões”.

“MULHER OPRIMIDA, SEM VOZ, OBEDIENTE”

Em *A obsolescência das tarefas domésticas se aproxima: uma perspectiva da classe trabalhadora*, Davis (2016, p.225) cita um livro de Ann Oakley, intitulado *Woman's Work* e publicado em 1976, ao escrever: “os incontáveis afazeres que, juntos, são conhecidos como ‘tarefas domésticas’ – cozinhar, lavar louça, lavar a roupa, arrumar a cama, varrer o chão, ir às compras etc. – ao que tudo indica, consomem, em média, de 3 mil a 4 mil horas do ano de uma dona de casa”. Por sua vez, a pesquisadora brasileira Vanessa Gil, em *O Marxismo e a luta feminista*, expõe que o trabalho doméstico segue, atualmente, como atribuição feminina, impondo às mulheres trabalhadoras uma dupla jornada de trabalho. Segundo Gil (2016, p.125), “dados divulgados pelo Anuário das Mulheres Brasileiras 2011 mostram que elas gastam, em média, 22,4 horas realizando tarefas domésticas por semana, enquanto os homens gastam 9,8 horas”.

O trabalho doméstico, frequentemente, é perversamente acompanhado pela violência doméstica. É sobre isso que escreve MC Carol no trecho inicial de *100% feminista*: “Presenciei tudo isso dentro da minha família/Mulher com olho roxo, espancada todo dia/Eu tinha uns cinco anos, mas já entendia/Que mulher apanha se não fizer comida”¹²⁴.

¹²⁴ Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/mc-carol/100-feminista>>.

Conforme a análise de Davis, nas sociedades capitalistas avançadas, o trabalho doméstico, orientado pela ideia de servir e realizado pelas donas de casa, que raramente produziriam algo tangível com seu trabalho, diminuiu o prestígio social das mulheres em geral. Entendemos aqui que esse desprestígio configura-se como injustiça doméstica, cotidiana. Davis (2016, p.226) aponta que, apesar da existência de eletrodomésticos, “a economia capitalista é estruturalmente hostil à industrialização das tarefas domésticas”. Ademais, argumenta que, “como as tarefas domésticas não geram lucro, o trabalho doméstico foi naturalmente definido como uma forma inferior de trabalho, em comparação com a atividade assalariada capitalista” (DAVIS, 2016, p. 230). “No fim das contas, a dona de casa, de acordo com a ideologia burguesa, é simplesmente a serva de seu marido para a vida toda”, argumenta Davis (2016, p.228). Porém, para MC Carol, essa subordinação não parece ser uma opção quando ela canta: “Mulher oprimida, sem voz, obediente/Quando eu crescer, eu vou ser diferente”. A funkeira parece buscar um destino diferente daquele vivenciado por suas familiares e testemunhado por ela.

Enquanto MC Carol canta “Eu cresci/ Prazer,Carol bandida/Represento as mulheres 100% feminista”, Flávia Biroli (2014, p.31) defende: “se há algo que identifica um pensamento como feminista é a reflexão crítica sobre a dualidade entre a esfera pública e a esfera privada”. A cientista política argumenta:

Compreender como se desenhou a fronteira entre o público e o privado no pensamento e nas normas políticas permite expor seu caráter histórico e revelar suas implicações diferenciadas para mulheres e homens - contestando, assim, sua neutralidade e sua pretensa adequação para a construção de relações igualitárias (BIROLI, 2014, p.31).

Essa tentativa de construção de relações igualitárias parece estar exposta, ainda que de maneira agressiva, na fala da funkeira quando rei-

vindica o seguinte: “Minha fragilidade não diminui minha força/ Eu que mando nessa p***, eu não vou lavar a louça/ Sou mulher independente não aceito opressão/Abaixa sua voz, abaixa sua mão”. A negação da obrigatoriedade da realização das tarefas domésticas ganha contornos de levante pessoal, em um movimento de politização daquilo que se presencia dentro da família.

Ela canta também: “Me ensinaram que éramos insuficientes/Discordei, pra ser ouvida, o grito tem que ser potente” e “Desde pequenas aprendemos que silêncio não soluciona/Que a revolta vem à tona, pois a justiça não funciona”. Os trechos podem ser complementados com estas palavras de Biroli (2014, p.34): “a garantia de liberdade e autonomia para as mulheres depende da politização de aspectos relevantes da esfera privada”. Para a autora, “o mundo dos afetos é também aquele em que muitos abusos puderam ser perpetuados em nome da privacidade e da autonomia da entidade familiar em relação às normas aplicáveis na esfera pública” (BIROLI, 2014, p.34). A garantia da privacidade, constantemente, garantia e garante a impunidade de agressores domésticos, a saber: maridos, namorados, pais e demais familiares.

Quanto ao tema, Biroli (2014, p.43) aponta que, em diversas partes do mundo, as lutas feministas produziram avanços na legislação relativa à violência doméstica e ao estupro. Contudo, permanece alto o número de estupros e assassinatos de mulheres por homens com quem mantiveram relações afetivas. A análise de tais números deve, a fim de se tornar mais completa, levar em consideração o recorte de raça. Por exemplo, o *Mapa da Violência 2015* apontou que, no Brasil, o número de homicídios sofrido por mulheres brancas caiu em 9,8% no total de homicídios do período. Concomitantemente, os homicídios de mulheres negras aumentam 54,2% no mesmo período, passando de 1.864 para 2.875 vítimas.

Marcia Bernardes, pesquisadora brasileira, escreveu sobre o aumento de poder político e de participação na sociedade conquistados pelas mulheres no Brasil. Bernardes (2016, p.248) argumenta que, no sentido legislativo, as lutas feministas registraram diversos avanços. A exemplo da

supressão do *Código da Mulher*, que constava no Código Civil e considerava a mulher relativamente incapaz, como as crianças e adolescentes com menos de 18 anos. Além da aprovação da Lei do Divórcio, em 1977, e da Lei Maria da Penha, em 2006, que promoveu aumento do rigor com relação a casos de violência contra a mulher.

Entretanto, nota-se, atualmente, que o governo de Michel Temer, presidente que não foi democraticamente eleito, tem apontado para uma direção diferente, mais conservadora em relação ao direitos das mulheres, em específico, e das minorias sociais em geral.

“SOU MULHER, SOU NEGRA”

Mulheres e trabalho doméstico têm uma longa história juntos. Porém, “proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas”, assinala Davis (2016, p.17) em *O legado da escravidão: parâmetros para uma nova condição da mulher*. Davis (ibidem) explica que o sistema escravista definia o povo negro como propriedade e, “já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero”, quando a eles fosse conveniente.

Explanando as especificidades das mulheres negras, Davis pontua que a ideologia da feminilidade do século XIX enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos. Entretanto, a julgar por tal ideologia, as mulheres negras seriam praticamente anomalias (DAVIS, 2016, p.18). Davis (2016, p.22) sublinha que as mulheres escravizadas não eram consideradas “femininas demais” para o trabalho nas minas de carvão e nas fundições de ferro, tampouco para o corte de lenha e a abertura de valas. De acordo com Davis (2016, p.19), a exaltação ideológica da maternidade, muito popular no século XIX, também não se estendia às escravas.

Logo, compreender os diferentes pontos de partida dos diferentes grupos de mulheres parece imprescindível para que as diferenças não

se traduzam em desigualdades. Para Sueli Carneiro (2011, p. 63), “a identidade étnica e racial é um fenômeno historicamente construído”. Segundo a filósofa brasileira, o conceito de raça permanece e mantém sua atualidade por seu caráter político, apesar de ser insustentável do ponto de vista biológico (CARNEIRO, 2011, p.69). Tendo isso em mente, Carneiro (2011, p.121) registra que “as mulheres negras assistiram, em diferentes momentos de sua militância, a temática específica da mulher negra ser secundarizada na sua suposta universalidade do gênero” e foi precisamente a consciência desse grau de exclusão que determinou o surgimento de organizações de mulheres negras de combate ao racismo e ao sexismo. Nisso reside a importância do seguinte trecho de *100% feminista*: “Sou mulher, sou negra, meu cabelo é duro/Forte, autoritária e às vezes frágil, eu assumo”. MC Carol exalta, nesse momento, a própria cor, etnia, raça.

A compositora escreve, mais adiante: “Tentam nos confundir, distorcem tudo o que eu sei/Século XXI e ainda querem nos limitar com novas leis”. Essa distorção dos saberes negros pode ser relacionado ao epistemicídio, termo utilizado por Carneiro para explicar:

a exclusão das oportunidades educacionais, o principal ativo para a mobilidade social no país. Nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual. É fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar (CARNEIRO, 2011, p.93).

“REPRESENTO AQUALTUNE”

“Refletir sobre a história é, inseparavelmente, refletir sobre o poder”, escreveu Guy Debord (1997) em *A sociedade do espetáculo*. No capítulo 5, *Tempo e história*, Debord (1997, p.87) argumentou também que: “A história sempre existiu, mas nem sempre sob forma histórica. A temporalização do homem, tal como se efetua pela mediação de uma sociedade, é igual a uma humanização do tempo”. Disso, inferimos que a noção de tempo modificou-se durante a caminhada da humanidade e tal concepção modificou e modifica a experiência humana. Nesse capítulo, o pensador francês realiza uma espécie de arqueologia da noção de tempo. Ele examina que, em dado momento do passado, a sociedade dominou uma técnica e uma linguagem, tornando-se produto de sua própria história e passando a ter consciência apenas de um presente perpétuo. Essa sociedade estática organizava o tempo segundo sua experiência imediata da natureza, seguindo o modelo do tempo cíclico (DEBORD, 1997, p.88).

Posteriormente, efetuou-se a vitória da burguesia, que, para Debord (ibidem, p.98), equivaleu à vitória “do tempo profundamente histórico”. Isso porque, segundo ele, seria justamente o tempo da produção econômica que transformaria a sociedade de modo permanente e absoluto (idem). Debord (ibidem, p. 98) remarca que a burguesia foi a primeira classe dominante para quem o trabalho correspondia a um valor. Esse tempo irreversível teria triunfado especialmente ao se transformar no tempo das coisas, porque, de acordo com Debord (ibidem, p.99), “a arma de sua vitória foi precisamente a produção em série dos objetos, segundo as leis da mercadoria”. Dessa maneira, a história, existente em toda a profundidade da sociedade, tenderia a se perder na superfície.

Já no sexto capítulo, intitulado *O tempo espetacular*, Debord (ibidem, p.103) elabora que o tempo da produção; o tempo-mercadoria seria a abstração do referido tempo irreversível. Para o autor, esse tempo pseudocíclico seria um tempo transformado pela indústria (ibidem, p.104). O pensador teoriza que:

O tempo pseudocíclico consumível é o tempo espetacular, tanto como tempo do consumo das imagens, em sentido restrito, como imagem do consumo do tempo, em toda a sua extensão. O tempo do consumo das imagens, meio de ligação de todas as mercadorias, é o campo inseparável em que se exercem plenamente os instrumentos do espetáculo (DEBORD, 1997, p.105).

Cabe dizer que, para Debord (1997, p.14): “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens”. Para ele, esse espetáculo, enquanto “organização social da paralisia da história e da memória, do abandono da história que se erige sobre a base do tempo histórico, é a falsa consciência do tempo” (ibidem, p.108).

Voltemos, então, à letra de *100% feminista*: “A falta de informação enfraquece a mente/Tô numa crescente porque eu faço diferente”. Esse modo de fazer diferente da compositora pode ser explicado pelo seguinte fato: em meio às canções de funk que, de modo geral, versam sobre o tempo presente – as maravilhas do agora –, MC Carol relembra nomes do passado, reavivando, metaforicamente, as mulheres mencionadas. Com isso, constrói uma ponte entre passado e presente, possibilitando vínculos futuros. Essa articulação rompe, potencialmente, com a repetição de um presente perpétuo no tempo pseudocíclico, nesse tempo apenas de mercadorias e sem memória. Isso acontece, principalmente, pelo resgate da história e pela valorização da informação, cuja falta, sabemos com a letrista, “enfraquece a mente”.

Talvez buscando trazer a história à superfície, escreve MC Carol: “Represento Aquatune, represento Carolina/Represento Dandara e Chica da Silva [...] Represento Nina, Elza, Dona Celestina/Represento Zeferina, Frida, Dona Brasilina”. De modo geral, todos esses nomes indicados configuram em importantes referências para o movimento de mulheres, em especial de mulheres negras.

O nome Carolina parece referenciar Carolina Maria de Jesus, escritora brasileira, autora do livro *Quarto de despejo*. Chica da Silva, por sua vez, foi uma escrava alforriada em Minas Gerais no século XVIII e teve sua história revisitada por obras artísticas e produtos culturais, a exemplo da telenovela *Xica da Silva*, protagonizada pela atriz Taís Araújo. Nina, ao que tudo indica, corresponde à cantora/pianista norte-americana Nina Simone. Elza, no caso, equivale à cantora brasileira Elza Soares, vencedora do prêmio *Grammy Latino* com seu álbum *A mulher do Fim do Mundo*. Frida Kahlo, pintora mexicana, tem se firmado como ícone feminista. Zeferina, segundo Nunes (2017), foi uma rainha quilombola que lutou contra a escravidão na Bahia. Já Aqualtune foi uma princesa africana escravizada no Brasil.

De acordo com Santos (2017), a princesa Aqualtune, filha do Rei do Congo, teria comandado um exército de dez mil homens durante a invasão do Congo, tendo ido para a frente de batalha defender seu reino. Derrotada, foi levada como escrava para um navio negreiro, desembarcando em Recife. Teria sido obrigada a manter relações sexuais com um escravo para fins de reprodução. Ao engravidar, foi vendida para um engenho, onde pela primeira vez teve notícias de Palmares. Nos últimos meses de gravidez, organizou sua fuga e a de alguns escravos para tal Quilombo, onde dois de seus filhos teriam se tornado chefes. Aqualtune também teve filhas, a mais velha, que se chamava Sabina, deu-lhe um neto, nomeado Zumbi. Conhecido historicamente como Zumbi dos Palmares, teve como companheira Dandara, uma mulher negra e guerreira, que o auxiliou com táticas e estratégias de guerra.

Segundo Marcos Caneta (2017), o Quilombo dos Palmares representou um modelo de organização socioeconômica que se contrapôs ao sistema escravista entre 1595 e 1695. Seus líderes reagiram contra exércitos, bandeirantes e tentativas de acordos/cooptação, nos quais se propunha liberdade aos líderes, mas retorno à escravidão aos homens e mulheres aquilombados que, de acordo com Santos (2017), somavam cerca de 50 mil pessoas no período de auge.

Para Sueli Carneiro (2011, p.103), Palmares foi um símbolo da resistência dos negros à escravidão e, em suas palavras: “nosso primeiro sonho de liberdade” (ibidem, p.105). Complementarmente, Carneiro (ibidem p.104) relata que Edson Cardoso, militante negro de Brasília, dizia que “a maturidade de um país se mede também por sua capacidade de reapropriação de seu passado”. Em *100% feminista*, MC Carol reapropria-se de seu próprio passado e do passado do país colonizado por Cabral. Tal feito, dentro da sociedade do espetáculo, representa um ponto de resistência, um grito feminista na cultura do espetáculo.

CONSIDERAÇÕES

De que maneira podemos nos reapropriar de nosso passado? O Brasil, filho de estupro e genocídio, vive atualmente uma crise política que nos convida a repensar nossas raízes. A atual crise revela, em certa medida, o confronto entre a onda progressista, dos últimos 13 anos, e o mar conservador dos últimos 517 anos. As mudanças sociais ocorridas durante os governos federais do Partido dos Trabalhadores (PT) são aqui entendidas como avanços, porém, essa não é a perspectiva de grupos conservadores, que hoje buscam nos limitar com novas leis que expressam velhos valores. Durante o período petista, foram sancionadas, por exemplo: Lei Maria da Penha, Lei do Feminicídio, Lei das Cotas e Lei 10.639 de 2003 – que tornava obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas de ensino fundamental. Além da aprovação da chamada “PEC das domésticas”, que garantia direitos às trabalhadoras domésticas. Em contrapartida, nos tempos de ilegítimo Governo Temer, as novidades legislativas aprovadas e/ou em tramitação caminham no sentido oposto. Caminham, juridicamente, no sentido de restringir direitos dos grupos historicamente oprimidos. Caminham, policialmente, no sentido de reprimir e dificultar articulações políticas contrárias ao status quo. Seguem na direção de, conforme a Organização Internacional do Trabalho (OIT), retirar o Brasil da lista de países comprometidos em erradicar o trabalho escravo.

De que maneira podemos modificar um presente que mais parece passado? A resistência parece passar pelo conhecimento do pretérito, pois quando a memória persiste, firma-se a identidade individual e coletiva. Indivíduos, juntos, reapropriam-se do que passou e constroem novas maneiras de se expressar, de se enxergar, de se representar e de reivindicar justiça. Em *100% feminista*, MC Carol, junto a Karol Conká, reapropriam-se da vivência de suas familiares e da História do Brasil, construindo, através do funk, uma nova maneira de se posicionar socialmente enquanto mulher negra, gorda e periférica. MC Carol: presente. Os seus passos vêm de longe, por isso o seu grito é potente.

REFERÊNCIAS

- BIROLI, F. Feminismo e política. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2014.
- Caneiro, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CANETA, M. Onde estão os heróis negros na História do Brasil? Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/onde-estao-os-herois-negros-na-historia-brasil>>. Acesso em: 15/11/2017.
- DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEBORD, G. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- MACHADO, R; MOTTA, A. Direitos das mulheres no Brasil: experiências de Norte a Sul. Manaus: UEA Edições, 2016.
- Mapa da Violência 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015_mulheres.php>. Acesso em: 15/11/2017.
- MARTINELLI, A. O dia em que MC Carol desfilou na SPFW (e mostrou que a passarela é para todos). Disponível em:<http://www.huffpostbrasil.com/2017/08/30/o-dia-em-que-mc-carol-desfilou-na-spfw-e-mostrou-que-a-passerela-e-para-todos_a_23190884>. Acesso em: 15/11/2017.

MC Carol. 100% feminista. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/mc-carol/100-feminista>>. Acesso em 20/11/2017.

MENDONÇA, R. Como uma funkeira ‘negra e gorda’ virou símbolo de beleza e voz da favela. Disponível em: <<http://g1.globo.com/musica/noticia/2016/10/como-uma-funkeira-negra-e-gorda-virou-simbolo-de-beleza-e-voz-da-favela.html>>. Acesso em: 15/11/2017.

NUNES, D. Zeferina: rainha quilombola que lutou contra a escravidão em Salvador-BA. Disponível em: <<https://www.ceert.org.br/noticias/historia-cultural-arte/11273/zeferina-rainha-quilombola-que-lutou-contra-a-escravidao-em-salvador-ba>>. Acesso em: 15/11/2017.

OLIVEIRA, LUCAS. MC Carol une forças com Karol Conka para falar de feminismo em single. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/musica/mc-carol-une-forcas-com-karol-conka-para-falar-de-feminismo-em-single-20246078>>. Acesso em: 15/11/2017.

REVISTA Cult, n. 217, ano 19. Outubro 2016.

SANTOS, R. Damas negras. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/damas-negras>>. Acesso em: 15/11/2017.